

CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM NATAL

Contrato 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	783810-CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM NATAL	JEAN HENRY DA SILVA MARTINS	25/05/2026 17:31 (v 0.9)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63170.010311/2025-10

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 63170.010311/2025-10)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026,

QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR

INTERMÉDIO DO (A)

E

A União, por intermédio do Centro de Intendência da Marinha em Natal (CeIMNa), com sede no(a) Rua Silvio Pélico, s /nº, Alecrim - Base Naval de Natal, na cidade de NATAL/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.502/397-84, neste ato representado pelo Capitão de Fragata JORGE EDUARDO FRANCO, nomeado(a) pela Portaria nº 280 de 13 de outubro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 96.0309.17, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 63170.010311/2025-10 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90023/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de boias de sinalização náutica, lanternas de sinalização náutica, materiais de fundeio e componentes associados, incluindo baterias, tintas, fosfatizante, ânodos de sacrifício e demais insumos necessários ao fundeio, operação, manutenção, reposição e restabelecimento dos Auxílios à Navegação, nos itens e quantitativos efetivamente contratados, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 90023/2025, na Ata de Registro de Preços correspondente e na proposta da Contratada.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A3]
	Boias de Sinalização Náutica luminosa, tipo BL-1, fabricadas em polietileno, pigmentadas na cor especifica, obedecendo o anexo “B” da NORMAM-601/DHN, aditivada contra raios ultravioleta, sujeitas às constantes variações de maré, vento e intemperismo e com a coloração da estrutura incorporada a resina, de acordo com as					

	<p>Normas em vigor, terão as seguintes características principais:</p> <p>a) Diâmetro do bojo (corpo flutuante): entre 1,75m e 1,90m com espessura mínima de 7,0mm;</p> <p>b) Altura focal: mínima de 2,50m;</p> <p>c) Altura total: máxima de 7,25m;</p> <p>d) Altura submersa mínima: 1,25m;</p> <p>e) Peso máximo (Corpo + contrapeso): 1.200 kg;</p> <p>f) Marca de tope revestida ou não com polietileno, com formato e cor de acordo com pedido do SSN-3;</p> <p>g) Refletor radar embutido no mangrullo ou marca de tope;</p> <p>h) Seu corpo flutuante deverá ter um preenchido de 2/3 do</p>					
1		628140	UN	9		

<p>seu corpo com espuma poliuretano e possuir dois olhais de içamento;</p> <p>i) O material utilizado para confeccionar a estrutura central deverá ser de aço de elevada resistência mecânica, com tratamento galvanizado a fogo e proteção catódica por anodo de sacrifício compatíveis com as dimensões e a vida útil estimada para cada boia; e</p> <p>j) Os acessórios tais como: parafusos, porcas, arruelas e os reforços das alças (olhais) das boias, deverão ser confeccionados em aço inoxidável ou outro material de qualidade igual ou superior. A estrutura central, os olhais de ancoragem e olhais de içamento</p>						
---	--	--	--	--	--	--

	<p>deverão ser</p> <p>estruturalmente</p> <p>interligados,</p> <p>garantindo, desta foma</p> <p>a integridade física das</p> <p>boias de sinalização</p> <p>náutica nos içamento</p> <p>/reboque e mudanças</p> <p>de posicionamento.</p>					
	<p>Boias de Sinalização</p> <p>Náutica luminosa, tipo</p> <p>BL 2, fabricadas em</p> <p>polietileno,</p> <p>pigmentadas na</p> <p>cor específica,</p> <p>obedecendo os anexo</p> <p>“B” da NORMAM-601</p> <p>/DHN, aditivada contra</p> <p>raios</p> <p>ultravioleta, sujeitas às</p> <p>constantes variações</p> <p>de maré, vento e</p> <p>intemperismo e com a</p> <p>coloração da estrutura</p> <p>incorporada a resina,</p> <p>de acordo com as</p> <p>Normas em vigor, terão</p> <p>as seguintes</p> <p>caraterísticas</p>					

	<p>principais:</p> <p>a) Diâmetro do bojo (corpo flutuante): entre 1,35m e 1,55m, com espessura mínima de 7,0mm;</p> <p>b) Altura focal: mínima de 2,00m;</p> <p>c) Altura total: máxima de 4,65m;</p> <p>d) Altura submersa: mínima de 72cm;</p> <p>e) Peso aproximada (Corpo + contrapeso): até 500 kg;</p> <p>f) Marca de tope, revestida ou não com polietileno, com formato e cor de acordo com pedido do</p> <p>SSN-3;</p> <p>g) Refletor radar embutido no mangrullo ou marca de tope;</p> <p>h) O material utilizado para confeccionar a estrutura central deverá ser de aço de</p>					
2		628138	UN	8		

<p>elevada</p> <p>resistência mecânica,</p> <p>com tratamento</p> <p>galvanizado a fogo e</p> <p>proteção catódica por</p> <p>anodo de</p> <p>sacrifício compatíveis</p> <p>com as dimensões e a</p> <p>vida útil estimada para</p> <p>cada boia; e</p> <p>i) Os acessórios tais</p> <p>como: parafusos,</p> <p>porcas, arruelas e os</p> <p>reforços das alças</p> <p>(olhais) das boias,</p> <p>deverão ser</p> <p>confeccionados em aço</p> <p>inoxidável ou outro</p> <p>material de qualidade</p> <p>igual ou superior. A</p> <p>estrutura central, os</p> <p>olhais de ancoragem e</p> <p>olhais de içamento</p> <p>deverão ser</p> <p>estruturalmente</p> <p>interligados,</p> <p>garantindo, desta foma</p> <p>a integridade física das</p> <p>boias de sinalização</p> <p>náutica nos içamento</p>						
---	--	--	--	--	--	--

	/reboque e mudanças.					
	<p>Boias de Sinalização Náutica luminosa, tipo BL 3, fabricadas em polietileno, pigmentadas na cor específica, obedecendo o anexo “B” da NORMAM-601/DHN, aditivada contra raios ultravioleta, sujeitas às constantes variações de maré, vento e intemperismo e com a coloração da estrutura incorporada a resina, de acordo com as Normas em vigor, terão as seguintes características principais:</p> <p>a) Diâmetro do bojo (corpo flutuante): entre 1,00m e 1,35m, com espessura mínima de 7,0mm;</p> <p>b) Altura focal: mínima de 1,90m;</p> <p>c) Altura total: máxima</p>					

	<p>de 4,00m;</p> <p>d) Altura submersa:</p> <p>mínima de 75cm;</p> <p>e) Peso aproximada (Corpo + contrapeso):</p> <p>até 300 kg;</p> <p>f) Marca de tope, revestida ou não com polietileno, com formato e cor de acordo com pedido do SSN-3;</p> <p>g) Refletor radar embutido no mangrullo ou marca de tope;</p> <p>h) O material utilizado para confeccionar a estrutura central deverá ser de aço de elevada resistência mecânica, com tratamento galvanizado a fogo e proteção catódica por anodo de sacrifício compatíveis com as dimensões e a vida útil estimada para cada boia; e</p> <p>i) Os acessórios tais</p>					
3		623032	UN	5		

<p>como: parafusos, porcas, arruelas e os reforços das alças (olhais) das boias, deverão ser confeccionados em aço inoxidável ou outro material de qualidade igual ou superior. A estrutura central, os olhais de ancoragem e olhais de içamento deverão ser estruturalmente interligados, garantindo, desta foma a integridade física das boias de sinalização náutica nos içamento /reboque e mudanças. Observação: Todas as boias de sinalização supracitadas deverão estar em consonância com as exigências estabelecidas pela IALA, de acordo com a publicação Boias de Plástico G1006 4^a Edição dezembro de</p>						
---	--	--	--	--	--	--

	<p>2018. A referente publicação encontra-se no sítio: www.iala-aism.org/productcategory/publications/guidelines.</p>					
4	<p>Tinta de poliuretano para pintura de boia com corpo flutuante de polietileno/poliuretano (plástico) rígido de elevada resistência mecânica, química e à abrasão e alta resistência às intempéries, radiação UV, e maresia. (COR À COMBINAR)</p>	633479	LT	39		
	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso mínimo de 5MN- T= 0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis, contida</p>					

<p>em seu próprio corpo.</p> <p>Provida de iluminação através de LEDs nas cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA.</p> <p>A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveta hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as característica</p>						
---	--	--	--	--	--	--

5	<p>luminosas. O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529: 2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p>	625661	UN	27				
---	---	--------	----	----	--	--	--	--

	<p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>					
	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso de mínimo de 10MN – T= 0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA</p>					

<p>recarregáveis contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs na cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA.</p> <p>A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveta hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as</p>						
--	--	--	--	--	--	--

6	<p>característica</p> <p>luminosas. O Licitante</p> <p>deverá apresentar,</p> <p>Certificado de</p> <p>Conformidade emitido</p> <p>por</p> <p>Organismo de</p> <p>Certificação de Produto</p> <p>(OCP) acreditado pelo</p> <p>Inmetro, comprovando</p> <p>que o produto ofertado</p> <p>(marca e modelo)</p> <p>atende ao grau de</p> <p>proteção IP67 ou</p> <p>superior, conforme</p> <p>estabelecido na norma</p> <p>ABNT NBR IEC 60529:</p> <p>2017. Divergência</p> <p>vertical de feixe 10°.</p> <p>Com o coeficiente de</p> <p>transparência</p> <p>atmosférica (T),</p> <p>adotado para a notação</p> <p>do alcance luminoso de</p> <p>um sinal, em</p> <p>documentos náuticos,</p> <p>é igual a 0,85 de acordo</p> <p>com a NORMAM-601. A</p> <p>Lanterna deverá estar</p> <p>de acordo com a IALA</p>	625660	UN	22		
---	---	--------	----	----	--	--

	<p>e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>					
	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso de mínimo de 15MN – T=0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares</p>					

<p>e baterias VRLA</p> <p>recarregáveis contida</p> <p>em seu próprio corpo.</p> <p>Provida de iluminação</p> <p>através de LEDs na</p> <p>cores Branca,</p> <p>encarnada (vermelha),</p> <p>verde e âmbar. Vida útil</p> <p>médias dos LEDs,</p> <p>mínima de 100.000</p> <p>horas. Grau de</p> <p>proteção mínimo IP67,</p> <p>autonomia mínima de</p> <p>72 horas sem carga</p> <p>solar e que atenda as</p> <p>256 características de</p> <p>lampejos pré-</p> <p>programados da IALA.</p> <p>A lanterna deverá</p> <p>possuir controle</p> <p>remoto ou</p> <p>chaveta hexadecimal</p> <p>incluso para</p> <p>programação com</p> <p>manual de instruções</p> <p>para programar os</p> <p>códigos, manual em</p> <p>português e não fazer</p> <p>uso de rede</p> <p>Wi-fi e software para</p>						
--	--	--	--	--	--	--

	<p>de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>					
	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso de mínimo de 20MN – T=0,85 de alta intensidade, autossustentável por</p>					

<p>meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs na cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA. A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveta hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede</p>						
--	--	--	--	--	--	--

8	<p>Wi-fi e software para programar as característica luminosas. O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529: 2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A</p>	625658	UN	27			
---	--	--------	----	----	--	--	--

	<p>Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>					

9	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 6V, e capacidade de 7,2Ah - -</p> <p>Bateria Recarregável</p> <p>Tipo: Selada Vrla (Reguladas Por Válvulas) , Uso: Nobreak , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 6 V, Capacidade Nominal: 7 AH, Dimensões: 149 X 98 X 32 MM, Componentes Adicionais: Terminal Faston 187</p>	464840	UN	17		
10	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 6V, e capacidade de 12Ah - -</p> <p>Bateria Recarregável</p> <p>Tipo: Selada ,</p> <p>Aplicação: No Break ,</p> <p>Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido ,</p> <p>Tensão Nominal: 12 V,</p> <p>Capacidade Nominal: 12 A</p>	378945	UN	19		

11	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 12V, e capacidade de 7Ah - -</p> <p>Bateria Recarregável</p> <p>Tipo: Selada Vrla (Reguladas Por Válvulas) , Duração Carga: 20 H, Uso: Nobreak , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 7 A</p>	465506	UN	13		

12	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 12V, e capacidade de 24Ah /26Ah - - Bateria Recarregável Tipo: Selada Vrla(Reguladas Por Válvulas) , Aplicação: Manutenção Hospitalar , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Características Adicionais: Vaso Em Abs , Capacidade Nominal: 26 AH, Dimensões: (Axlxc) 125 X 175 X 166 MM, Componentes Adicionais: Terminal Faston 187</p>	402438	UN	7		

13	<p>Bateria tipo pilha AA 1.2</p> <p>V/2400 a 2900mAh - -</p> <p>Pilha Recarregavel</p> <p>Tamanho Pilha:</p> <p>Pequena , Modelo: Aa ,</p> <p>Aplicação:</p> <p>Equipamentos</p> <p>Eletrônicos , Sistema</p> <p>Eletroquímico: Níquel</p> <p>Metal Hidreto (Ni-Mh) ,</p> <p>Capacidade Nominal:</p> <p>2000 MAH, Tensão</p> <p>Nominal: 1,2,</p> <p>EMBALAGEM 2 UND</p>	458335	EMB 2UND	41		
14	<p>Corrente em aço</p> <p>carbono para fundeio</p> <p>de boia de sinalização</p> <p>náutica de 31,8mm, (1</p> <p>1/4'') acabamento</p> <p>betuminoso. Peso por</p> <p>metro Aproximado</p> <p>20,24Kg; e Carga de</p> <p>ruptura 37.600 Kgf.</p> <p>(unidade de</p> <p>fornecimento metro)</p>	604356	m	51		

15	<p>Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 28,6mm, (1 1/8”), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 16,34Kg; e Carga de ruptura 30.600 Kgf.</p> <p>(unidade de fornecimento metro)</p>	604356	m	351		
16	<p>Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 25,4mm, (1”), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 12,68Kg; e Carga de ruptura 24.400 Kgf.</p> <p>(unidade de fornecimento metro)</p>	604356	m	501		

17	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 22,2mm, (7/8”), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 9,87 Kg; e Carga de ruptura 18.300 Kgf. (unidade de fornecimento metro)	604356	m	771		
18	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 19,1mm, (3/4”), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 6,97 Kg; e Carga de ruptura 12.700 Kgf. (unidade de fornecimento metro)	604356	m	101		

19	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 32mm para corrente de 28,6mm, acabamento betuminoso; e CARGA DE RUPTURA de 30.600 Kgf	605866	UN	42		
20	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 28mm para corrente de 25,4mm, acabamento betuminoso. e CARGA DE RUPTURA de 24.400 Kgf	605866	UN	45		
21	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 31mm para corrente de 22,2mm, acabamento betuminoso. e CARGA DE RUPTURA de 18.300 Kgf	605866	UN	25		

22	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 26mm para corrente de 19,1mm, acabamento betuminoso. e CARGA DE RUPTURA de 12.700 Kgf	605866	UN	21		
23	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 31,8 mm (1 1/4”), corpo galvanizado por processo eletrolítico, pino pintado por tinta epoxi vermelha; e Carga de ruptura de 12.000Kgf.	606262	UN	63		

24	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 28,6 mm (1 1/8”), corpo galvanizado por processo eletrolítico, pino pintado por tinta epoxi vermelha ; e Carga de ruptura de 9.500Kgf.	606262	UN	31		
25	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 25,4 mm (1”), corpo galvanizado a fogo, pino pintado por tinta epoxi vermelha; e Carga de ruptura de 8.500Kgf.	606262	UN	33		

26	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 19,1 mm (3/4”), corpo galvanizado a fogo, pino pintado por tinta epoxi vermelha; e Carga de ruptura de 4.750Kgf.	606262	UN	16		
27	Manilha chavetada em aço carbono de 38 a 40mm para corrente de 28,6mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 30.600Kgf.	606262	UN	11		
28	Manilha chavetada em aço carbono de 34 a 35,5mm para corrente de 25,4mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 24.400Kgf.	606262	UN	16		

29	Manilha chavetada em aço carbono 31mm para corrente de 22,2 mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 18.300Kgf.	606262	UN	41		
30	Manilha chavetada em aço carbono 26,6mm para corrente de 19mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 12.700Kgf.	606262	UN	11		
31	Anelho em aço carbono 35mm para corrente de 25,4mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura 24.400Kgf.	439830	UN	47		

32	Anodo de sacrifício fundido de liga de zinco 2,8 a 3Kg – bruto com suporte.	382460	UN	137		
33	Fosfatizante para superfície de ferro oxidada, Frasco 500 Mililitro. Indicado e desenvolvido especialmente para remover resíduos de ferrugem e fosfatizar à superfície oxidada de metais ferrosos, conferindo uma camada protetiva anticorrosiva e melhorando a ancoragem da tinta de fundo e de acabamento.	346045	UN 500ML	106		
34	Catalisador para tinta poliuretano PU .	615228	UN	36		

35	<p>Bateria estacionaria 12V</p> <p>/105AH a 115 AH -</p> <p>Bateria Estacionária</p> <p>Alta Capacidade</p> <p>Sistema Eletroquímico:</p> <p>Chumbo-Ácido ,</p> <p>Tensão Nominal: 12</p> <p>VCC,</p> <p>Capacidade Nominal:</p> <p>115 AH, Dimensões:</p> <p>330 X 172 X 240 MM,</p> <p>Vida Útil: Mínima De 4</p> <p>Anos A 25°C , Modelo:</p> <p>Df2000 , Tipo: Selada</p> <p>De Eletrólito Flúido</p>	484161	UN	48		
	<p>QUARTEL DE TORNEL</p> <p>GIRATÓRIO NAVAL- 1 1</p> <p>/4" C/ ELOS FINAIS</p> <p>GRAU II ACABAM.</p> <p>BETUMINOSO</p> <p>O quartel de tornel</p> <p>giratório naval é um</p> <p>componente essencial</p> <p>do sistema de fundeio,</p> <p>instalado entre a</p> <p>amarra e o ferro</p> <p>(âncora), com a função</p> <p>principal de eliminar</p>					

36	<p>torções na corrente durante as operações de lançamento e recolhimento.</p> <p>Trata-se de um conjunto metálico robusto, fabricado em aço carbono forjado de Grau II, com resistência mecânica compatível com amarras de 32 mm (1 1/4”), garantindo adequada capacidade de carga e segurança operacional. O sistema giratório interno permite rotação livre sob carga, evitando o acúmulo de tensões que poderiam comprometer a integridade da amarra.</p> <p>O item possui elos finais integrados, permitindo sua conexão direta com os demais componentes da linha de fundeio, como manilhas e elos Kenter. O acabamento</p>	605866	UN	3			
----	--	--------	----	---	--	--	--

	<p>superficial é</p> <p>betuminoso,</p> <p>proporcionando</p> <p>proteção contra</p> <p>corrosão em ambiente</p> <p>marinho, aumentando a</p> <p>durabilidade do</p> <p>equipamento</p>					
37	<p>MANILHA DE ANCORA</p> <p>D- 1 1/4" GRAU II</p> <p>ACABAM.</p> <p>BETUMINOSO</p> <p>A manilha de âncora</p> <p>tipo “D” é um elemento</p> <p>de ligação estrutural</p> <p>utilizado no sistema de</p> <p>fundeio para conectar a</p> <p>amarra ao ferro ou a</p> <p>outros acessórios,</p> <p>garantindo união</p> <p>segura e desmontável.</p> <p>Fabricada em aço</p> <p>forjado Grau II, possui</p> <p>elevada resistência à</p> <p>tração e ao</p> <p>cisalhamento, sendo</p> <p>dimensionada para uso</p> <p>com correntes de 32</p>	606262	UN	3		

	<p>mm (1 1/4”). Seu formato em “D” proporciona maior alinhamento axial das cargas, reduzindo esforços laterais e aumentando a eficiência estrutural. O pino de fechamento é rosqueado ou com trava de segurança, garantindo que não haja soltura durante operações sob carga dinâmica. O acabamento betuminoso protege contra corrosão.</p>					

38	<p>ELO DE UNIÃO</p> <p>KENTER- 1 1/4" GRAU</p> <p>II ACABAM.</p> <p>BETUMINOSO</p> <p>O elo de união tipo Kenter é um dispositivo utilizado para interligar seções (quartéis) de amarra, permitindo montagem e desmontagem sem necessidade de soldagem.</p> <p>Fabricado em aço forjado Grau II, é projetado para correntes de 32 mm (1 1/4"), garantindo resistência equivalente à dos elos comuns da amarra. Sua construção bipartida permite encaixe mecânico preciso, travado por pino central, formando uma união segura e confiável.</p>	605866	UN	5		
----	--	--------	----	---	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. o Termo de Referência;

1.3.2. o Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 90023/2025;

1.3.3. a Ata de Registro de Preços correspondente;

1.3.4. a proposta da Contratada; e

1.3.5. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura do Termo de Contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.1.2. A presente contratação refere-se a fornecimento parcelado, não continuado, decorrente de Sistema de Registro de Preços, razão pela qual não se aplica a prorrogação sucessiva prevista nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)[A1] .

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.[A2]

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta dias);

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.20. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.22. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.23. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. . Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1. . ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Para fins de organização administrativa interna, o instrumento de planejamento utilizado para a presente contratação é o Programa de Aplicação de Recursos (PAR), elaborado com base no Programa de Aplicação de Recursos de Auxílios à Navegação (PARAN), aprovado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). O PARAN tem por finalidade definir as metas físicas e financeiras relativas à manutenção de sinais náuticos fixos e flutuantes, embarcações, viaturas e instalações vinculadas aos Auxílios à Navegação, bem como às Organizações Militares de Sinalização Náutica (OMSN), incluindo, ainda, os investimentos destinados à modernização e ao aperfeiçoamento desses auxílios em seus aspectos organizacionais, financeiros, científicos, tecnológicos e militares. As metas estabelecidas no PARAN são compatibilizadas com os recursos provenientes do Plano de Metas (PM), destinados ao custeio das atividades relacionadas aos Auxílios à Navegação.

Ademais, em atendimento ao disposto no Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, a demanda encontra-se devidamente registrada no Plano de Contratações Anual de 2026, no Sistema de Compras do Governo Federal, sob o nº 783510/000027/2026, elaborado por meio do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), evidenciando o alinhamento da presente contratação com o planejamento institucional da Administração.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Natal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JORGE EDUARDO FRANCO
Ordenador de Despesa